

## Resenha bibliográfica

# Two crises: Latin America and Asia, 1929/38 and 1973/83

Maddison, Angus. *Two crises: Latin America and Asia, 1929/38 and 1973/83*. Paris, Development Centre of the OCDE, 1985.

MARCELO DE PAIVA ABREU \*

Neste útil e curto livro, Angus Maddison qualifica de forma eficaz muitas das comparações inadequadas de que é pródiga a literatura recente que trata das semelhanças entre as "duas crises". A comparação da experiência de países latino-americanos e asiáticos cria novas perspectivas para a análise do impacto das recessões sobre o conjunto dos países em desenvolvimento e permite a revisão de interpretações baseadas em evidência menos diversificada.

O autor corretamente sublinha a fundamental importância das políticas macroeconômicas dos países desenvolvidos adotadas desde 1979 para explicar a deterioração da posição externa dos países em desenvolvimento endividados, especialmente na América Latina, que foram afetados pela alta da taxa de juros, contração dos fluxos privados de capital e, pelo menos inicialmente, pela queda do nível de atividade nas economias desenvolvidas. Essa situação foi claramente agravada, em muitos casos, pela adoção de políticas econômicas domésticas inadequadas, embora os banqueiros tendam a exagerar a importância desse fator.

A definição dos períodos de análise parece, de uma perspectiva brasileira, exagerar *a priori* os déficits de qualquer tentativa de comparação histórica. É impossível caracterizar uma "crise" no Brasil, seja na segunda metade dos anos 70 — quando os fluxos de capital externo foram mantidos — seja no período 1932/37 — que correspondeu a um *boom* industrial claramente definido. No Brasil, quando se trata de comparar historicamente as duas crises, pensa-se automaticamente em 1929/32 e em 1981/83, com base no comportamento da economia doméstica e não da economia

\* Do Departamento de Economia da PUC/RJ.

mundial. Embora essa qualificação não afete a maior parte dos argumentos de Maddison, a extensão dos dois períodos torna artificial e talvez desnecessariamente mais fácil criticar os deslizes das interpretações comparativas sob crítica.

O livro está dividido em sete partes: três tratam da década de 30, três do período 1973/83, seguindo-se uma conclusão. Para cada período, uma parte sobre as características do ciclo econômico no período específico é seguida por outras sobre a política econômica adotada nos países de cada continente.

O contraste entre o desempenho das economias latino-americanas e asiáticas é marcante nos anos 30 e, também, mais recentemente. Logo após a crise nos anos 30, o nível de atividade foi muito menos afetado na Ásia, mas a situação reverteu-se após 1933, algo que depende de forma significativa do excelente desempenho brasileiro. É surpreendente que a América Latina tenha sido relativamente pouco afetada pela recessão norte-americana de 1937 pois, como sugere Maddison, a maior dependência do mercado dos EUA seria importante fator para explicar a maior severidade da queda do nível de atividade na América Latina no início dos anos 30.

Contrariamente ao que sugere Maddison, a diferenciação de tratamento dos credores nos acordos referentes à dívida externa nos anos 30 não foi uma "conquista brasileira". A despeito de o folclore brasileiro haver consagrado o nome Plano Aranha para o acordo da dívida de 1934, a proposta inicial de diferenciação foi resultado de uma gestão britânica em defesa de seus empréstimos melhor garantidos. Da mesma forma, quando o Brasil obteve créditos para descongelar seus atrasados comerciais e financeiros em 1939, os credores obtiveram, como contrapartida, um compromisso de Aranha — muito criticado por círculos militares simpatizantes do nazifascismo — de que seriam iniciadas negociações quanto à retomada do pagamento do serviço da dívida externa que havia sido suspenso em 1937.

Em contraste com os anos 30, depois do primeiro choque do petróleo, o desempenho econômico das economias asiáticas foi pior do que o das economias latino-americanas, devido às severas políticas de ajustamento aos novos preços relativos adotadas na Ásia. Depois do final dos anos 70, em contraste, as economias latino-americanas sofreram todo o impacto da recessão nos países desenvolvidos e da interrupção dos fluxos de capital. De novo com olhos brasileiros, parece haver sido subestimada a importância da dependência de petróleo importado como fator adicional de instabilidade: no Brasil a fatia de petróleo nas importações totais chegou nos piores anos próximo a 55%. Por outro lado, embora, como sugere o autor, a diversificação de exportações possa ter caracterizado uma condição necessária ao ajuste coroado de sucesso nas décadas de 70 e 80, certamente não configurou suficiência, a despeito de exemplos como o da Coreia do Sul. A evolução dos preços de exportações de produtos manufaturados brasileiros desde 1980 tem sido muito semelhante à de produtos primários. Diversificação não parece ser uma expressão muito precisa a menos que seja acompanhada de informação bastante detalhada sobre os tipos de manufaturas cuja participação nas exportações esteja aumentando.

Aparentemente não há no livro referência direta a um fator de grande importância a ser considerado em estudos comparativos de economias asiáticas e latino-americanas: a disparidade das taxas de crescimento demográfico nos dois grupos de países. Além das conseqüências mais triviais, tal fato impõe restrições políticas ao processo de definição de políticas econômicas muito mais significativas na América Latina. É neste contexto que deve ser vista a ênfase dos negociadores da dívida externa brasileira na prioridade do crescimento sobre qualquer outro objetivo. A recessão de 1981/83 no Brasil resultou em uma queda do PIB *per capita* da ordem de 12%, num quadro de terríveis disparidades sociais. Não é necessário grande conhecimento da economia brasileira para afirmar que se for permitida a repetição dessas tendências será perigosamente testada a estabilidade de instituições políticas e econômicas notórias por sua vulnerabilidade.

A recente decisão brasileira de suspender o pagamento do serviço da dívida externa resultou não apenas de singular combinação de incompetência e omissão na condução da política econômica, mas, também, do reconhecimento por parte das autoridades brasileiras de que não valia a pena serem bem comportadas pois não seriam recompensadas. Pelo contrário, no passado recente os banqueiros caracterizaram-se por tratar singularmente mal exatamente seus credores menos malcomportados. Algo bem semelhante ocorreu no passado: em 1937, a ausência de uma cenoura na qual acreditassem as autoridades brasileiras, juntamente com a deterioração do balanço de pagamentos e do clima político, levaram ao primeiro *default* brasileiro em 110 anos de história da dívida pública externa. A Segunda Guerra Mundial criou as condições necessárias ao ajuste do estoque da dívida à efetiva capacidade — econômica e política — de geração de um excedente de divisas pelo país. Um ajuste similar terá que ocorrer novamente, desta vez sem recursos cambiais para tornar menos agudos os protestos dos credores, como ocorreu em 1943, e frente a uma posição muito menos simpática dos Estados Unidos. A economia brasileira não tem condições de, ao mesmo tempo, crescer rapidamente, promover a reforma social — um requisito de estabilidade além de uma meta em si mesma — e gerar um hiato negativo de recursos da ordem de 3% do PIB.